

O PAPEL DO DITO SOBRE O IMPLICADO: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR SOBRE O ADÁGIO

THE ROLE OF THE SAID OVER THE IMPLICATED: A STUDY OF ADAGE UNDER AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Yuri Fernando da Silva Penz¹

Jorge Campos da Costa²

yuri.penz@acad.pucrs.br

jcampos@pucrs.br

RESUMO: Este trabalho, baseando-se na proposta da Metateoria das Interfaces (Costa, 2007), visa estabelecer uma relação lógico-linguístico-comunicativo-cognitiva sobre o tratamento fenomenológico do argumento semiformal em linguagem natural, observado a partir de adágios e aforismos em português brasileiro, passíveis de ser válidos em sua forma argumentativa e aceitáveis em seu conteúdo e usabilidade. Sobretudo a partir do framework de Sperber e Wilson (1995), contextualizamos nossa discussão na possível interface entre relevância e validade, conforme propõem Costa e Strey (2014), buscando alguma adequação descritivo-explanatória sobre a natureza desse tipo de argumentação em linguagem natural, tanto nos aspectos linguísticos, de acordo com a proposta de Ibaños e Costa (2014), quanto nas suas implicações computacionais, comunicativas e cognitivas. Nossa hipótese central é a de que, na dimensão da racionalidade prática, entre lógica e linguística, a pragmática está embasada de maneira simétrica por uma sintaxe e uma semântica recursivo-composicionais em seus respectivos níveis de forma e conteúdo linguístico, sendo o fenômeno mais amplo da intersecção entre o axioma e o dito uma ocorrência aparentemente universal nas línguas naturais, quadro que ainda exige pesquisas mais avançadas para o grupo de Lógica e Linguagem Natural do CNPq.

PALAVRAS-CHAVE: pragmáticas far side e near side; adágio; lógica da linguagem natural; metateoria das interfaces.

ABSTRACT: This paper, based on the Metatheory of Interfaces (Costa, 2007), aims to establish a logical-linguistic-communicative-cognitive connection over the phenomenological treatment of the semiformal argument in natural language, observed through adages and aphorisms in Brazilian Portuguese, which can be valid in its argumentative form and acceptable in its content and usability. Mostly through Sperber and Wilson's framework (1995), we contextualize our discussion in the possible interface between relevance and validity, as propose Costa and Strey (2014), seeking some descriptive-explanatory adequacy over the nature of this kind of argument in natural language, as in the linguistic aspects, according with Ibaños and Costa proposal (2014), as in its computational, communicative and cognitive implications. Our main hypothesis

¹ Mestrando em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

² Professor titular da PUCRS.

is that, in the dimension of practical reasoning, between logic and linguistics, pragmatics is based in a symmetrical manner by a compositional-recursive semantics and syntax in their respective levels of linguistic content and form, being the mostly wide phenomenon of the intersection between the axiom and the said a apparently universal occurrence within natural languages, framework which still demands more advanced research for the CNPq group of Logic and Natural Language.

KEYWORDS: far side and near side pragmatics; adage; logic of natural language; metatheory of interfaces.

INTRODUÇÃO

O texto que segue consiste numa apresentação que explora o fenômeno do adágio em linguagem natural, passível de observação crítica e minuciosa em distintas instâncias perspectiváveis. Primeiramente, apresentam-se algumas considerações teóricas, problemáticas e não problemáticas, da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995), para, em seguida, apresentar a proposta de Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007), com algumas considerações sobre o espaço da lógica na linguagem natural; finaliza-se com algumas considerações pertinentes em filosofia da linguagem e Filosofia da Linguística sobre o estudo apresentado, ressaltando, sobretudo, os percursos teórico-metodológicos possíveis, mas ainda obscuros a partir dessa programação investigativa.

1 TEORIA DA RELEVÂNCIA EM SUA PROPOSTA PRAGMÁTICA

Desde o seu surgimento, a Teoria da Relevância (1995) provocou um impacto significativo na comunidade linguística preocupada com determinadas propriedades particularmente obscuras em relação ao processo de significação em linguagem natural. Por meio do programa gerativista, a sintaxe, por exemplo, tem-se apresentado majoritariamente coesa desde a década de 1960, oferecendo consistente adequação descritivo-explanatória sobre a origem da linguagem em sua configuração recursiva e inata a partir da estruturação formal de uma gramática universal na configuração cérebro-mente. Paralelamente a esse cenário, os teóricos debruçados sobre a natureza do significado na linguagem humana permanecem até a atualidade divididos entre intensos e multiformes debates acerca da supremacia da dependência ou independência do

contexto sobre a determinação do significado emergente nas sentenças das línguas naturais.

Antes de discorrermos propriamente sobre os pressupostos teóricos mais basilares da Teoria da Relevância (TR), sintetizaremos algumas concepções seminais para os autores, que delineiam algumas características da coerência interna do *framework* que mais nos interessam:

- 1) Em oposição à proposta clássica do Modelo de Códigos (MC), Sperber e Wilson (S-W) argumentam que o código linguístico apenas subdetermina o que será interpretado durante a comunicação linguística, sendo, diferentemente do contexto, tido como dado;
- 2) Os autores assumem uma lógica cognitiva em contraste a um modelo clássico-formal, concebendo as inferências como não-triviais e não-demonstrativas no percurso da seleção de contextos para auxiliar pragmaticamente a interpretação da sentença linguística;
- 3) Em tal perspectiva, as inferências desencadeadas a partir do conteúdo acessado pela entrada lexical configurariam um processo necessariamente pragmático, enquanto que à semântica caberia tratar do papel do significado enquanto codificado no material linguístico, como se em um acarretamento enfraquecido.

Essas ideias basicamente compreendem a fundamentação do quadro teórico diante de uma série de aspectos ditos interdisciplinares, necessários para a adequação descritivo-explanatória diante de como funciona a interpretação humana, um fenômeno complexo por natureza.

O insight que propicia a concepção mais nuclear da TR advém da terceira máxima griceana, de relação, localizada originalmente no Princípio de Cooperação (PC), a partir do qual Grice (1967) argumenta que os falantes obedecem a máximas conversacionais ou violam-nas durante o ato comunicativo. Tal máxima, “seja relevante”, é reinterpretada cognitivamente pela TR, sendo assumida como um dispositivo inato à cognição humana, dispensando obediências ou violações a máximas conversacionais, haja vista que o falante aspiraria naturalmente à relevância, mesurando-a intuitivamente a partir de uma noção psicobiológica de custo-benefício.

Apoiando-se em dois princípios-alicerce, o comunicativo e o cognitivo, que postulam, respectivamente, que todo ato ostensivo de comunicação carrega a presunção de sua própria relevância ótima e que a cognição humana é dirigida para a maximização da relevância, a TR parece configurar-se como proposta teórica necessariamente interdisciplinar; paralelamente, o modelo se estrutura em dois eixos: o lógico-filosófico, que faz emergir ao encontro da proposta do *framework* uma tradição respeitável em filosofia da linguagem, e o teórico-cognitivo, que se projeta a partir dos mais recentes estudos em psicologia cognitiva sobre fenômenos mentais. *A priori*, torna-se ainda mais seguro afirmar que a linha relevantista se pauta em uma abordagem interdisciplinar, dado o vasto esforço teórico que se faz para descrever e explicar como e por que a comunicação humana ocorre ou falha entre indivíduos que dispõem de um mesmo sistema sígnico de códigos convencionalizados.

A maneira mais natural de a perspectiva relevantista ser representante de uma teoria linguística é, portanto, por meio da disciplina de pragmática, que, ao lado da semântica, trataria do conteúdo linguístico na linguagem natural. A diferença subjacente a ambas as disciplinas estaria na relação a partir da qual o conteúdo é concebido na linguagem humana, sendo a significação, para a definição pragmaticista, dependente de contexto particular para a complementaridade (pragmática far side) ou completude (pragmática near side) da proposição expressa semanticamente (KORTA; PERRY, 2015). Na dimensão *lato sensu*, o fenômeno de contexto seria aprioristicamente uma propriedade a emergir na esfera de uso da linguagem, em que situações particularizadas, como a intenção do falante, preencheriam *gaps* de conteúdo que não correspondem exatamente a algum estado do mundo para determinar valores de verdade ou a conceitos primitivos na categorização semântica. Nesse cenário, conforme define Gazdar (1979), a pragmática é o estudo do significado menos as suas condições de verdade.

Dessa forma, o fator contextual desponta como amparo para as explanações acerca de como as estruturas da linguagem podem ser acessadas, compreendidas, interpretadas, etc. Embora esse fenômeno teórico não tenha sido amplamente abordado na Teoria das Implicaturas de Grice (1967), o filósofo da linguagem em questão partiu da hipótese do conhecimento mútuo para justificar a determinação de significado na comunicação em linguagem

natural, postulando o PC a partir de máximas conversacionais, que, sendo obedecidas ou violadas pelos falantes durante uma conversação, gerariam implicaturas de três diferentes naturezas de acordo com as exigências do dito em sua relação com o implicado, exemplificando-se um caso de aparente violação a partir do seguinte diálogo entre A e B:

(1) 1A: O que você acha sobre o impeachment da presidente Dilma?

1B: Puxa, parece que o inverno chegou de verdade!

No caso exemplificado acima, consta a ocorrência de uma aparente violação da máxima de relação (seja relevante), a julgar pela ostensiva e declarada intenção de B, que se manifesta contrária à ideia de comentar o tópico introduzido por A. O significado que se depreende a partir de uma situação comunicativa dessa natureza estaria, via implicatura, justamente implicado contextualmente. As demais máximas seriam de qualidade, quantidade e modo, todas acompanhadas de submáximas específicas, organizadas sob o mesmo funcionamento de regras designadas pelo PC. Anos mais tarde, ainda antes de a TR ser um *framework* sistematicamente organizado, Costa (1984) apresenta uma avaliação alternativa para a então máxima de relação do modelo griceano, equiparando-a ao próprio PC, como se a relevância fosse, na verdade, uma supermáxima passível de governar as demais, estando intrinsecamente já pressuposta na formulação de todas as outras.

Como S-W reinterpreta cognitivamente vários dos aspectos pertinentes da tradição pragmática griceana, a noção de contexto é, naturalmente, também assumida em sua natureza cognitivista. No modelo relevantista, postula-se que contexto se constitui a partir daquela informação que, via menor custo para maior benefício, primeiro vem à mente do falante durante o processo interpretativo inerente à comunicação, assunção que, ao recusar a hipótese do conhecimento mútuo, afirma que as informações se tornam mutuamente manifestas para dois falantes durante um dado ato comunicativo, criando-se um ambiente cognitivo mútuo, em última análise, reconhecido como contexto. De acordo com a formulação do modelo, os falantes interagem ostensivamente no afã de, a partir das inferências geradas, melhorar as suas representações de mundo e as de seus receptores, a partir de efeitos contextuais, que, também em

última análise, são modificações operadas no ambiente cognitivo mútuo, de modo a corroborar a noção de que o fenômeno do contexto não é dado, mas selecionado durante o ato comunicativo a partir da operação custo/benefício.

Dado esse breve cenário, a TR postula que, em se tratando de comunicação linguística, existem no mínimo duas abordagens teóricas possíveis: aquela possibilitada por modelos que se baseiam no próprio código linguístico para explicar o processo de comunicação e aquelas que se apresentam como de ordem inferencial em relação ao fenômeno. Isso parece reforçar ainda mais a relação de distanciamento entre os fenômenos de dito e implicado, circunstância que, via processo inferencial, parece afastar em demasia as abordagens teóricas de pragmática dos objetos delineados pelas demais investigações linguísticas, por exemplo. Tal cenário é corroborado a partir da noção de que existiria um processo imbricado, durante a comunicação linguística, entre o que decodifica a estrutura linguística no *output* e os processos inferenciais acionados a partir dos estímulos ostensivos e das informações estocadas na memória enciclopédica.

Atingindo um nível de sofisticação teórico-metodológica tão elevado quanto se possa imaginar nos últimos trinta anos, a TR segue avançando similarmente ao que se esperaria de uma teoria filosófica e empiricamente comprometida com a gnosiologia e a epistemologia. Nesse ritmo e nessa direção, a maneira como o modelo tem representado a Linguística enquanto ciência, a partir da área de pragmática, parece ser cada vez menos contributiva, a julgar pelas relações de interface estabelecidas entre as demais subáreas do sistema linguístico, relegadas ao estado de forma e conteúdo codificados na recepção das mensagens emitidas, ainda que ostensivamente.

2 METATEORIA DAS INTERFACES E O ESPAÇO DA LÓGICA NA LINGUAGEM NATURAL

Considerados os pontos apresentados até então, em termos gerais, parece-nos que a TR se desenvolve como modelo teórico bem-sucedido ao representar a interdisciplinaridade em termos gerais. Entre os autores que abordam o fenômeno interdisciplinar do ponto de vista metateórico é possível citar Costa (2007), que, numa linha de perspectivismo kantiano à luz de Giere

(2006), propõe uma então chamada Metateoria das Interfaces (MI), argumentando que a intersecção entre duas disciplinas é benéfica à medida que ambas as áreas em interação direta recebem contribuição a partir desse processo, o que constituiria um processo de interface forte. Oriundo de tal processo, emergiria não um objeto exclusivo da disciplina X ou da Y, mas um delineamento ontológico xy , indissociável em sua constituição de objeto complexo. Isso significa dizer que as suas propriedades podem ser alteradas de acordo com a também alteração no ângulo da perspectiva pela qual se observa o fenômeno recortado.

Outro benefício metodológico fornecido pelo modelo de Costa consiste no fato de que a noção do estabelecimento das interfaces não se reduz trivialmente à ideia vaga de aproximar áreas, com uma finalidade retórica ou de falsa cientificidade, mas de maneira a, em um nível de fundamentos das teorias em jogo, haver uma contribuição mútua entre as áreas interseccionadas, beneficiando, finalmente, a ambas durante o processo investigativo. Subjaz a essa consideração teórica a ideia de que há níveis de interação entre os processos de interface: o autor chama de interdisciplinaridade um processo de interface entre, por exemplo, a Linguística e as ciências sociais ou a psicologia cognitiva, culminando nas disciplinas de sociolinguística e psicolinguística, respectivamente; paralelamente a essa noção, a linguística teórica, a partir de suas subáreas, é capaz de apresentar processos de intradisciplinaridade a fim de que se obtenha uma descrição e/ou explicação mais adequada para a ocorrência ou suposição de determinado fenômeno, como, por exemplo, relações entre fonética/fonologia, fonologia/morfologia, sintaxe/semântica, etc.

A título de exemplificação, dado um cenário semântico-formal, na tradição de Frege (1978) e Russell (1973), parece-nos que o que ocorreu de natureza problemática para o programa logicista foi a inadequada formulação da interface, na expectativa de obter-se um objeto e método que privilegiassem, nesse caso, tão somente a lógica. Não se tratava, pois, de um processo de interação em que, da intersecção Lógica/Linguística, surgisse um terceiro objeto, relativamente novo e dependente dos fundamentos entrecruzados das suas disciplinas, dada certa maleabilidade exigida de ambas as partes para que se possa chamar de bem-sucedida a constituição da interface forte e do objeto com bom *design*. Além do mais, a lógica formal, rígida em sua constituição

clássica, de fato tende a evitar processos de interação com áreas de conteúdo, ilustrando-se, assim, o cenário problemático mais breve do programa logicista.

Dada essa noção alternativa em relação ao fenômeno da interdisciplinaridade, nossa discussão segue os fundamentos oferecidos por Costa, abordando o fenômeno linguístico do dito em *latu sensu* a partir de uma configuração metateórica em torno do modelo da TR, requisitando diferentes níveis da linguística teórica para analisar esse fenômeno assumido como objeto complexo. Seguindo essa linha de pensamento, um fenômeno como o dito, observado em suas propriedades de composição macroestrutural e suas dependências convencionais e contextuais para a determinação do significado, por exemplo, exigiria construção intrateórica a partir do método adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Isto se sucede de uma compreensão de que, em determinações abstratas das teorias da linguagem em direção às suas preocupações ontológicas, não é possível determinar o objeto concreto no mundo real ou atual como o mesmo a ser abordado no seio da investigação, sendo construído em última instância. Como nossa pesquisa se dá nos percursos da interface entre subáreas da Linguística (sobretudo sintaxe, semântica e pragmática), portanto uma pesquisa intradisciplinar, o objeto delineado não corresponde à observação exclusiva de nenhuma dessas disciplinas isoladamente, mas ao simétrico processo de interação entre tais.

Retomando o *framework* da TR, observamos que o exemplo ilustrado abaixo em (2) é de natureza muito aceitável na linguagem natural, tanto em sua gramaticalidade quanto em sua aceitabilidade em termos comunicativos, no sentido de que:

(2) É bom que Ana saiba que quem está na chuva é para se molhar.
é passível de ser analisado em variados contextos nos quais surja, como uma circunstância tal qual (3), que assumiria (2) em sua composição:

(3) 3A: Será que Ana vai continuar saindo com esse rapaz, mesmo sabendo que ele é casado?

3B: (2)

em que a ocorrência de 3B desencadearia o seguinte cálculo inferencial com o dado ambiente cognitivo mútuo e as informações estocadas na memória

enciclopédica dos falantes em uma condição ideal a fim de dar plausibilidade ao exemplo:

- a) Se “Quem está na chuva é para se molhar” se trata de um provérbio, tido como máxima, com teor de aconselhamento atribuído a seu valor semântico pelo uso convencional que atribuem à expressão, e
- b) Se B acredita que seria bom que Ana soubesse que quem está na chuva é para se molhar, fazendo uso desse dito, de forma não-trivial, em resposta a 3A,
- c) Então, B estaria sugerindo que Ana soubesse dos riscos de se envolver com um homem comprometido.

Naturalmente mais proposições seriam acionadas da memória enciclopédica dos falantes envolvidos com o ambiente cognitivo mútuo instaurado para formular mais cálculos que estariam vinculados a esse processo licenciado pelo mecanismo dedutivo (caso fosse relevante), como as que seguem, entre várias:

- d) A maioria dos membros de sociedades monogâmicas não concebe positivamente relações extraconjugais;
- e) Adultérios podem implicar embarço pessoal dificilmente reversível em suas consequências;
- f) Tendo consciência da situação do rapaz, Ana deve considerar o benefício acarretado pela circunstância como superior ao custo.

Parece, pois, que a partir do quadro teórico da relevância existe um tratamento satisfatório do ponto de vista descritivo-explanatório em relação ao diálogo (3AB), mostrando como é possível que a comunicação ocorra com sucesso numa situação ostensivo-inferencial, mas (2), dada certa dependência de condições-de-verdade, por exemplo, se projetaria como um ponto obscuro numa perspectiva semântica/pragmática, compatível com os fundamentos dos modelos interseccionados, mesmo no seio do modelo relevantista, haja vista que, para os autores, a proposição expressa por um enunciado deve ser semanticamente completa e passível de ser verdadeira ou falsa no mundo atual

ou possível. De fato, embora haja uma associação entre o dito “quem está na chuva é para se molhar” e aquilo que ele deve implicar na comunicação espontânea, confirmando, de forma plausível, a partir do cálculo inferencial, como se dá o processo de dedução não-demonstrativa em linguagem natural, não é possível que aceitemos que as propriedades semânticas são simplesmente dadas, sem interferência mais significativa em oposição a uma sintaxe que contribui fortemente para a análise do fenômeno de ditos dessa natureza, arranjados sintaticamente numa estrutura subordinativa. Se assumimos que existe uma interação simétrica entre pelo menos semântica e pragmática, para facilitar uma relação com a sintaxe, então não é possível que seja privilegiado tão somente o aspecto pragmático relativo à explanação sobre como o significado, determinado pela forma, se desenvolve sob auxílio do contexto.

Seguindo nossa discussão, estruturas semelhantes às aquelas encontradas encaixadas em (2) são facilmente encontradas no português brasileiro, assim como em muitas outras línguas, sendo indicadas como adágios, provérbios ou simplesmente ditos populares. O cálculo inferencial apresentado a partir de (3B) é verossímil, no sentido de que o provérbio realmente projeta uma representação semântica que é facilmente acessada e aceita no contexto. Outro aspecto que se leva em consideração é o de que a estrutura se submete a modificações sintáticas para fazer-se inclusa no enunciado de forma gramatical e recursiva. Alguns casos estanques semelhantes à estrutura localizada no exemplo discutido são estas, apenas para contextualização:

- (4) Há males que vêm para o bem.
- (5) Diga-me com quem andas que te direi quem és.
- (6) Não se pode agradar a gregos e a troianos.
- (7) Onde se ganha o pão não se come a carne.
- (8) Em briga de marido e mulher não se mete a colher.
- (9) Pau que nasce torto nunca se endireita.
- (10) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

Não é difícil, a partir de tais casos, formular estruturas linguísticas cujo encaixe sintático compreenda tais construções, sendo, ainda, plausíveis em linguagem natural, o que ocorreu justamente com (2):

- (11) Acho bom que ele aceite o emprego, pois, afinal, mais vale um pássaro na mão do que dois voando.
- (12) Não adianta esperar nada desse sujeito, pau que nasce torto nunca se endireita.
- (13) Se há males que vêm para o bem, eu deveria ganhar na loteria!

Tais ditos, localizados como estruturas fossilizadas típicas da língua, parecem submeter-se, então, ao fenômeno recursivo que se espera da sintaxe, recusando, contudo, o tratamento composicional a ser recebido por parte da semântica. Ao encararmos, todavia, o fenômeno de composicionalidade a partir da noção de gradação, podemos argumentar a favor da plausibilidade de enunciados como (6) e (9), num sentido de que referem a algum evento ou fato em dado ponto de uma configuração espaciotemporal. Na instância comunicativa, por sua vez, o teor veritativo-condicional dessas dadas proposições aparentemente não projeta a mesma representação semântica, como se observa em (14) e (15):

- (14) Você tem de escolher entre mim e a sua família, não é possível agradar a gregos e troianos.
- (15) Não há o que fazer, esse menino é um pau torto, e pau que nasce torto nunca se endireita.

As condições de verdade exigidas para que a estrutura, em termos proposicionais, seja assumida como verdadeira por inteiro encontra obstáculos de dêixis, comparação e metáfora, problemas semelhantes aos encontrados em (2). Como lidar, então, com a verdade em linguagem natural, quando submetida à vagueza da determinação de significado com a qual a pragmática lida melhor do que a semântica *a priori*? Como se mencionou anteriormente, durante o programa logicista houve uma acentuada tentativa de sistematizar lógica e formalmente os sistemas linguísticos naturais, circunstância que também foi levada bastante a sério por determinados modelos de pragmática, em uma interface mais formal ou numa tentativa de idealizar a logicidade dos operadores da linguagem natural, conforme se observa nos trabalhos de Bar-Hillel (1954), Strawson (1952) e Grice (1967).

Atualmente, num período em que as abordagens interdisciplinares proliferaram-se de maneira fecunda em prol da manutenção de uma cientificidade mais eficiente e mais bem entendida, as áreas formais mantêm sólida contribuição para as investigações nos mais distintos campos do conhecimento. Isso se dá porque as ciências formais, ao terem seu objeto de estudo com um *design* desprovido de conteúdo, são capazes de se fazer subjacentes às demais propriedades investigadas nas outras áreas do saber. As relações, por exemplo, entre a matemática e as engenharias, a química, a medicina, etc., não devem ser muito diferentes, portanto, da relação entre a lógica e a linguagem natural, num sentido de que a primeira subjazeria à maioria dos aspectos constitutivos em relação à segunda. Contudo, a sintaxe gerativista (CHOMSKY, 1965), por exemplo, é considerada área fortemente respeitada e representativa da ciência linguística em amplo sentido, apresentando seu próprio funcionamento formal concebido no interior de uma linguagem natural oriunda da gramática universal, portanto pertencente à configuração cérebro/mente. Nesse sentido, ao serem abordados os formalismos linguísticos, há que se decidir sob qual perspectiva se delinea o objeto emergente dessa nova intersecção, e quais são as propriedades ditas lógicas, formais e/ou computacionais que dizem respeito a tal construção.

Reportando-nos à lógica clássica, no sentido daquela lógica que emerge no mundo antigo, é possível que destaquemos nesse dado cenário o surgimento da pragmática, que, conforme argumenta Costa (2016), se deu com os sofistas e o seu exercício de persuasão por meio da retórica, valendo-se, na política, de argumentos aparentemente válidos, mas formalmente inválidos³. Importa o levantamento desse panorama no sentido de que localiza a origem histórica da problemática relação entre a lógica clássica e as (então assim observadas) anomalias da linguagem natural, evidenciando que, na contemporaneidade, a não resolução desse problema implica que o processo de interface ainda é relevante e pode resultar investigações promissoras para ambas as áreas envolvidas.

Um dos processos de interface mais interessantes que se discutem contemporaneamente consiste no valor do operador lógico em linguagem

³ Esta é uma definição bastante clássica e amplamente difundida sobre o fenômeno, passível de significativos questionamentos e discussões, que, contudo, não tomaram lugar neste trabalho.

natural, que se comporta diferentemente na esfera das relações formais puramente lógicas entre as sentenças. De fato, fenômenos absurdos do ponto de vista semântico podem ser ditos mantendo-se a validade lógica do argumento, de modo que, mesmo no framework da TR, a partir do mecanismo dedutivo, tais regras:

- A) $P \wedge P$
- B) $P \vee Q$
- C) $\neg \neg P$
- D) $\neg P \rightarrow Q$
- E) $Q \rightarrow P$

derivam tais estruturas possíveis, respectivamente:

- (16) A lua é de paçoca e a lua é de paçoca.
- (17) A lua é de paçoca ou eu sou um orangotango.
- (18) Não é verdade que a lua não é de paçoca.
- (19) Se a lua não é de paçoca, então eu sou um orangotango.
- (20) Eu sou um orangotango, então a lua é de paçoca.

Isso reforça a noção distintiva entre as propriedades de forma e conteúdo, sobretudo remetendo à noção de que a validade de um argumento nada tem a ver com a verdade ou falsidade contidas na afirmação da proposição que o preenche. Isso porque a lógica aparentemente subjaz à forma de raciocínio humano, sendo requisito indispensável para a argumentação em larga escala, não fossem os sofistas mostrarem ser possível a persuasão e o convencimento por meio das falácias. Contudo, o caminho oposto também é possível, haja vista que os exemplos de (16) a (20) demonstraram como é possível que se digam absurdos com validade lógico-argumentativa.

Os aspectos lógicos que surgem no *framework* da TR, por sua vez, evidenciam alguma alteração significativa no tipo de lógica que se emprega para justificar o funcionamento que o modelo prevê sobre os processos interpretativos. Para os autores, por exemplo, o processo de derivação de premissas em conclusões, durante uma interação ostensivo-inferencial, consiste na operação de implicações lógicas não-triviais a partir de regras de eliminação, de modo que um conjunto de suposições P implica uma suposição Q se Q

pertencer a um conjunto de teses finais enquanto P estiver num conjunto de teses iniciais.

Em favor de uma lógica cognitiva, S-W argumentam que as únicas regras lógicas que se encontram espontaneamente acessíveis à mente humana são aquelas de ordem dedutiva, concebendo-se exclusivamente as regras de eliminação para o funcionamento do mecanismo dedutivo de maneira não-demonstrativa e não-trivial, dado que as suposições poderiam apenas ser confirmadas, não comprovadas, e, na mais adequada condição comunicativa, o sucesso poderia não ocorrer. Por conseguinte, dado o custo/benefício pressuposto pelo modelo, regras de introdução, como observadas nas conclusões de (16) a (20), resultariam apenas num produto trivial, não sendo possível argumentar que elas modificam o conteúdo das suposições de *input*, haja vista que tais regras, assumidas no processo dedutivo, não geram novos conteúdos, mas apenas replicam na conclusão o que já está assumido na premissa.

Em antítese à hipótese sustentada por S-W em relação às regras dedutivas de eliminação, que estariam unicamente envolvidas no processo inferencial na comunicação espontânea, em detrimento às então reconhecidas regras de introdução, Ibaños (2009), também por meio do suporte metodológico da MI, argumenta que não há razão para manter excluídas do mecanismo dedutivo as regras de introdução. A autora argumenta que, por exemplo, a extensão do contexto a partir do ponto de vista do conteúdo comunicativo veiculado está intimamente ligada ao benefício que pode ser acarretado do ponto de vista argumentativo, como se vê no seguinte exemplo dado pela autora⁴ (2009, p. 51): “João foi à festa e Maria foi à festa e Charles foi à festa, e há quem se atreva a dizer que a festa não estava boa”. O exemplo utilizado por Ibaños, vinculado a uma interface semântica/pragmática em relação ao conteúdo linguístico da linguagem natural e estabelecendo uma relação lógico-linguística por meio do operador lógico \wedge , que é semelhantemente representado pelo conectivo sintático “e”, ilustra o caso de que o reforço oferecido pelo acúmulo de informações contidas na premissa reforça a plausibilidade da conclusão, tornando difícil refutá-la. De maneira análoga, conforme a autora exemplifica similarmente mais adiante, também

⁴ Nossa tradução e nosso grifo.

semelhante a um exemplo encontrado em Costa (2006), a linguagem natural tem formas um pouco peculiares de atribuir ligação entre os conteúdos que preenchem as sentenças em coesão, dados os casos de (21) e (22):

(21) Pedro pegou o dinheiro e foi ao banco.

(22) Pedro foi ao banco e pegou o dinheiro.

em que em nenhum mundo possível tais enunciados são capazes de gerar a mesma inferência, de modo que, diferentemente do conector lógico de adição, o conector aditivo de ligação em linguagem natural assume diversos valores de acordo com o conteúdo semântico/pragmático em jogo.

Já visando a essa interação peculiar entre validade e relevância na esfera da linguagem natural, Strey e Costa (2014) trouxeram à luz descritivo-explanatória do processo metateórico de interfaces variados exemplos de argumentos em linguagem natural que dispunham de validade ou invalidez formal e/ou de propriedades comunicativo-cognitivo plausíveis ou implausíveis, estando entre eles o seguinte (2014, p. 591):

If you are in a hurry, you will not perform this task well.
Haste is the enemy of perfection.

You will not perform this task well.

Os autores consideram que o exemplo apresentado se constitui de um caso inválido logicamente, mas cuja plausibilidade comunicativo-cognitiva é alta, oferecendo a seguinte explicação (2014, p. 592):

The second premise is constituted by a proverb. They are, normally, expressions that, due to their history, are assumed consensually as true. It is a premise with consecrated truth strength. It corresponds to the logical idea that, if P is true then Q, (whichever) implies it, a type of paradox of the conditional.

Essa perspectiva parece valorizar o estreitamento entre as noções de convenção e uso, mas, ao mesmo tempo, problematiza uma abordagem que tenha em vista a composicionalidade e a sua relação sustentada pelas condições de verdade. Cada vez parecem estar menos em jogo as propriedades veritativo-condicionais, mas, em vez disso, destaca-se a qualidade da plausibilidade de um

dados enunciados, que, em suma, acaba por surtir um efeito de verossimilhança na audiência, simulando um estado de verdade atribuído à retórica do ato de fala. Contudo, ainda parece incerto se um argumento, num contexto de ditos cristalizados, pode ser formulado de tal maneira a preservar tanto a validade lógica quanto a plausibilidade do ponto de vista comunicativo-cognitivo.

Um dos pontos críticos mais interessantes na aproximação das propriedades da linguagem natural com a lógica clássica pode ser identificado por aquilo que chamamos paradoxo da implicação material. Isso significa simplesmente que certas fórmulas são legítimas ou verdadeiras, sendo que a interpretação em linguagem natural acaba gerando expressões fortemente contra intuitivas. Em outras palavras, parece que há um desacordo entre a forma lógica e a forma, digamos, semântica. Ilustremos o caso com uma dessas fórmulas, $P \rightarrow (Q \rightarrow P)$, que consiste em um teorema que pode ser provado via tabelas-verdade conforme abaixo:

Tabela 1: Tabela-verdade da fórmula $P \rightarrow (Q \rightarrow P)$, formulada pelos autores.

P	\rightarrow	Q	\rightarrow	P
V	V	V	V	V
V	V	F	V	V
F	V	V	F	F
F	V	F	F	F

Estão em jogo acima as variáveis proposicionais (P e Q), o conetivo condicional (\rightarrow) e os valores de verdade (V e F). Dadas as operações de valores de verdade, em que resolve primeiro o condicional interno, representado entre parênteses, chega-se a uma tautologia em que a última linha de operações é toda verdadeira (localizada na segunda coluna, seguindo-se da esquerda para a direita), resultado, via tabela-verdade, da fórmula então transcrita: $P \rightarrow (Q \rightarrow P)$. Dada a proposição P, qualquer outra proposição pode implicá-la.

A questão em linguagem natural é que a forma lógica, no caso, autoriza frases interpretativas no uso da linguagem com significados verdadeiramente absurdos. É o caso de P em exemplos como “A PUC é uma universidade” que determina possibilidade de forma lógica válida para uma conclusão do tipo “Se Q então P” conforme a situação descritiva acima. O que é, portanto,

problemático é a discrepância lógico-comunicativa entre “A PUC é uma universidade, portanto, se a PUC é um restaurante, então ela é uma universidade”, sendo intuitivamente implausível, embora válido logicamente. Seja como for, trata-se de compatibilizar o raciocínio lógico em ambos os contextos, o formal e o contextual de uso. As condições de verdade representam um conjunto formal de valores verdadeiros e falsos e a semântica representa a interpretação de tais valores ditos veritativo-funcionais.

Contudo, similarmente ao que argumentam S-W, compreendemos por que as inferências da comunicação ordinária cotidiana, numa abordagem comunicativo-cognitiva, são antes confirmadas, mas não comprovadas nos termos do rigor lógico-clássico, tendo-se em vista que a cognição humana não calcula a partir do valor de verdade estrito das proposições, mas, conforme argumentam Ibaños e Costa (2014), a partir de conceitos e crenças. Todavia, não se pode negar a demonstração formal da validade do argumento, que, idealmente articulado em linguagem natural, pode satisfazer tanto propriedades formais quanto comunicativas e cognitivas, possibilitando uma argumentação válida, diferente do exemplo de Costa e Strey, como seria o caso de:

Se quem cala consente, você não pode se queixar agora.

Quem cala consente.

Você não pode se queixar agora.

3. A RELEVÂNCIA DO DITO NO IMPLICADO PELA RELEVÂNCIA: UMA FILOSOFIA DA LINGUAGEM SIMPLES DIANTE DE UMA FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA COMPLEXA

Se para os filósofos gregos era considerada perigosa a maneira como os sofistas se mostravam capazes de ludibriar a logicidade formal do raciocínio e da argumentação e, por consequência, a sua audiência por meio dos recursos persuasivos permitidos pela linguagem natural, a realização do processo oposto, na contemporaneidade, parece um fenômeno igualmente problemático para os profissionais da linguagem que lidam com o embate entre as esferas variadas da argumentação. A capacidade de persuasão argumentativa em linguagem natural

(e por meio dela mesma) a partir de recursos válidos em sua formulação lógica é certamente um obstáculo difícil de transpor na esfera da racionalidade prática. Isso pode ser mais bem compreendido e abordado a partir de uma compreensão teórica mais pontual em relação ao fenômeno.

Suponhamos o seguinte argumento:

(23) Se em terra de cego quem tem olho é rei, X até caolho oferece um perigo para a candidatura à presidência do Brasil em 2018.

Deste caso, em que “X” pode ser preenchido por qualquer sintagma nominal cujo núcleo será argumento interno da sentença que rege, decorre uma circunstância em que a estruturação formal do argumento é considerada válida e a noção de verdade que dela se segue, preenchendo o conteúdo representado pela proposição, também apresenta aceitabilidade do ponto de vista comunicativo-cognitivo; como o provérbio ou o adágio apresentam valor de verdade culturalmente consagrado, a ocorrência dessas estruturas num esquema lógico de natureza “se-então” satisfazem uma dupla necessidade de validade e veracidade argumentativa, visto que, dada essa fórmula, de qualquer premissa aceita como verdadeira qualquer afirmação igualmente se seguirá como implicada a partir disso.

Contudo, embora todos esses aspectos sejam considerados, é necessário pontuar que *frames* diferentes seriam acionados para cada falante a partir da substituição de X por um candidato que represente um dado conjunto de suposições ou crenças nos respectivos mundos atuais ou possíveis que sejam acessados a partir dessa representação conceitual, ou endereço mental, acessíveis a partir da entrada enciclopédica. Como a relevância é um fenômeno que varia em gradação, a aceitabilidade comunicativo-cognitiva do argumento também variaria em graus, embora a força ilocucionária do adágio, presente como parte de conteúdo da estrutura, pese no julgamento do falante diante da exposição do argumento.

Não obstante a Teoria dos Conjuntos pareça um pouco estranha à direção teórica que seguimos neste trabalho, Wall (1972) define um axioma como uma declaração cuja verdade é antes assumida do que provada. É possível que nos valhamos dessa definição na intersecção de interface lógica/linguagem natural

num sentido de que estruturas cristalizadas na língua cuja carga semântica apresente valor moral tendem a ser dirigidas, expressas e aceitas como verdade em um sentido veritativo-funcional enfraquecido, sendo, em suma, antes uma propriedade assumida, e não devidamente comprovada; configurar-se-ia, pois, uma noção teórica de aceitabilidade da verdade, sobretudo no caso dos adágios, que parecem apresentar um congelamento semântico devido a seu processo de cristalização no sistema linguístico. Por outro lado, conforme expusemos na Tabela 1, um cálculo formal é passível de ser aplicado para o exame da validade argumentativa, gerando-se um teorema, o que, teoricamente, se opõe ao axioma, mais uma relação tensa a ser investigada no âmbito de verdades semânticas e pragmáticas (RECANATÍ, 2010) em linguagem natural, construídas via interface.

Ainda que (23) constitua uma metáfora, em fenômeno mais amplo ao nível da sentença, dado o paralelismo semântico entre as propriedades mentalmente estabelecidas em comparação, a ocorrência da implicação material combinada a provérbios ou adágios implicaria o mesmo caso axiomático, conforme exemplifica (24):

- (24) 24A: Você não foi sincero comigo quanto à sua condição!
24B: Para bom entendedor, meia palavra basta.

O caso exemplificado por (24) introduz uma circunstância em que, apesar de o contra-argumento de B não apresentar a clássica fórmula se-então, mas o próprio dito cristalizado como resposta, não deixa de apresentar tanto o grau de plausibilidade comunicativo-cognitiva esperado quanto a possibilidade de, graças à recursão lógico-linguística, oferecer, tanto formalmente quanto em termos de conteúdo linguístico, uma extensão do argumento, haja vista que, assim, se manteria a ocorrência do paradoxo de implicação material, de modo que, sendo verdadeira a premissa na formulação do argumento, tudo que se segue a ela também o é.

Ao menos num percurso similar a esse intento estão estruturas linguísticas como o dito com pretensões ao *status* de *slogan* político, num contexto mais ou menos típico dessa dupla necessidade de instanciar a aceitabilidade comunicativo-cognitiva paralela à validade lógico-formal. Os

conteúdos dos quais a estrutura do slogan político é continente são naturalmente variados, suscetíveis a uma devida formulação de acordo com a intenção comunicativa e informativa do comunicador, que são em suma estados mentais, raramente correspondendo a um estado das coisas no mundo, não satisfazendo assim muitas vezes as condições de verdade da proposição. Essas proposições, dadas tais considerações, em sua formulação, justamente buscam um estado axiomático suficiente e (visto como) necessário a ser expresso, de modo a fazer com que as premissas tenham a aceitabilidade nessa mesma proporção que os demais ditos cristalizados; uma vez que seja peculiaridade típica do *slogan* político não ter sua essência semântica questionada, convém à proposição contida na estrutura linguística o status de verdadeira, mesmo que apenas assumidamente. Cabe-nos, pois, analisar se se trata, de fato, de um mesmo fenômeno no âmbito de uma ocorrência mais ampla dito/implícito, e que tipo de problematizações são acarretadas a partir da validade formalmente apresentada em casos argumentativos dessa natureza, em que se observa, além dos embates dito/implícito, convenção/uso, semântica/pragmática, um novo embate axioma/teorema na linguagem.

Num cenário dessa natureza, parecem estar postos em processo de interface ao menos os fenômenos de relevância e validade, conforme buscaram exemplificar com vários casos Costa e Strey (2014), que parecem ser propriedades não problemáticas na convergência da racionalidade prática ou ampla, algo semelhante ao que propõem Toulmin (2003) e Walton (2007), já observando o uso da argumentação na esfera cotidiana. S-W, em sua proposta interdisciplinar, modularam a logicidade presente na base da TR a fim de que ela servisse a um propósito maleável às condições comunicativo-cognitivas do cotidiano; as implicações lógicas, mesmo sob o enfoque psicológico, contudo, parecem se mostrar mais fortes do que se poderia supor, forçando, nos mais variados contextos de necessidade, no mínimo um processo simétrico de interação entre as racionalidades *stricto* e *lato sensu*. Em nível operacional, a MI é capaz de acomodar todas essas propriedades numa perspectiva comunicativo-cognitivo-computacional, interseccionando cada propriedade em pauta de modo que para toda propriedade X haja pelo menos uma propriedade Y que lhe seja acessível, e vice-versa, sem perder sua identidade, mas configurando nova entidade, o objeto da interface em suma.

Dada essa articulação interdisciplinar, entre os fundamentos teórico-disciplinares que interagem com a Linguística, os processos de interface interna são o passo seguinte, e mais problemático. Como acomodar as propriedades macroestruturais em processo de interface, sem sequer mencionar a abordagem do sistema linguístico por inteiro, quando as partículas em pauta parecem ser de natureza distinta, parece ser um verdadeiro desafio metodológico para os pesquisadores que trabalham nas fronteiras da interdisciplinaridade. Contrário a essa suposição, o nosso argumento é de que é justamente essa natureza distinta que propicia a possibilidade de investigação, pois cada elemento epistemologicamente definido representa um nível linguístico distinto, sendo os níveis hierárquica e simetricamente compatíveis.

Semelhantemente a essa argumentação, Ibaños e Costa (2014) argumentam a favor do fenômeno de inferências linguísticas multiformes para a avaliação do processo inferencial em linguagem natural, operando também na intersecção entre validade e relevância e atribuindo um valor de mais significativo prestígio ao *status* do código linguístico na interface com os processos inferenciais; na perspectiva dos autores, a inferência não se apresenta como um processo necessariamente pragmático, podendo ser desencadeado por outras instâncias linguísticas, como de natureza fonológica, lexical ou mesmo semântica.

Nossa investigação, paralelamente ao que expõem os autores, encontra limitações diante da dura e consistente base teórico-epistemológica nas quais os principais modelos de sintaxe, semântica e pragmática estão assentados, embora, no nível fenomenológico da observação das interações linguísticas, possamos constatar que as diferentes representações se entretêm. Essa dificuldade, contudo, é observada no seio do tratamento metodológico fornecido pela MI, de modo a evidenciar que as poucas aproximações dentro de um mesmo campo do conhecimento parecem tornar a Linguística uma área mais exótica do que se poderia supor. Peirce (1938), Carnap (1938) e Morris (1938) foram pioneiros na exposição da possibilidade, ou necessidade, de se observar o sistema linguístico por uma perspectiva triádica: a sintaxe corresponde à relação dos signos do sistema entre si; a semântica, dos signos com o mundo; a pragmática, por sua vez, trata da relação entre signos e usuários.

Com argumentação um pouco mais refinada em relação à idealização de Morris, Fillmore (1981) argumenta que os níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos podem ou não ser vistos como independentes, e que os fatos linguísticos advindos desses níveis podem se distinguir uns dos outros, crendo, contudo, que alguns fenômenos sintáticos requerem explicações semânticas e pragmáticas, assim como alguns fenômenos semânticos requerem contribuição pragmática; o autor expressa sintética e formalmente assim as suas ideias (p. 144):

Syntax [form]
Semantics [form, function]
Pragmatics [form, function, setting]

No tratamento propriamente linguístico dos adágios em linguagem natural, independentemente de serem abordadas propriedades de interface externa, como sua abordagem na argumentação, parece mostrar-se um pouco pesada a intersecção dos fenômenos de recursão, composicionalidade e relevância, necessárias para explicar, por exemplo, como os adágios são licenciados pela linguagem humana, uma vez que, embora a pragmática desses ditos seja explicitamente emergente, os fenômenos sintáticos e semânticos que os acompanham certamente não são inócuos; outro aspecto problemático se concentra na aparente observação de que o dito, em estado de certo congelamento semântico, como é o caso dos adágios, seleciona mais rigorosamente o contexto, sendo paradoxal a relação estática e dinâmica que essas expressões apresentam na interface semântica/pragmática. Talvez estejamos diante de um fenômeno em que o dito cristalizado representa a menor unidade pragmática de um sistema linguístico; essa seria, pois, uma maneira objetiva de circunstanciar e examinar o fenômeno, enriquecedor, sobretudo, para as perspectivas de pragmática linguística, tanto em *far side* quanto em *near side*. A natureza do problema é, certamente, de ordem metodológica, sendo a MI um caminho possível para as futuras investigações diante de um fenômeno aparentemente trivial, mas intrigante, seja para os linguistas sociais, cognitivistas ou formalistas.

CONCLUSÃO

Este texto buscou abordar os problemas de pesquisa comuns à investigação interdisciplinar no âmbito da Linguística, dada sua dependência ou não de intersecções interdisciplinares de enquadramentos epistemológicos distintos (lógico-formais, biológico-cognitivos ou comunicativo-sociais). Pondo em evidência o adágio, estrutura fraseológica típica da linguagem natural, mas um pouco estranha ao tratamento científico das Ciências da Linguagem mais comprometido com a sistematização de um fenômeno aparentemente tão trivial, expusemos seu potencial de aplicação em algumas investigações sobre como emergem na linguagem, veiculados por esses ditos, fenômenos anômalos para o tratamento estritamente disciplinar, quer no seio da Linguística, quer no âmbito das demais áreas, que, de alguma maneira, têm a linguagem presente em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

1. BAR-HILLEL, Y. Indexical expressions. **Mind**, v. 63, n. 251, p. 359-379, 1954.
2. CARNAP, R. Foundations of logic and mathematics. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C.W. (Ed.). **International Encyclopedia of Unified Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1938, p. 139-214.
3. CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
4. COSTA, J. C. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância**. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 1988.
5. COSTA, J. C. The sciences of language: communication, cognition and computation. In: AUDY, J; MOROSINI, M. **Innovation and interdisciplinarity in the university**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
6. COSTA, J. C.; STREY, C. Inferences and interfaces: validity and relevance. **Linguagem em (dis)curso**, v. 14, n. 3., p. 577-594, Set/Dez, 2014.

7. COSTA, J. C. Pragmática e Filosofia. In: PERNA, C; MOLSING, K.; GOLDNADEL, M. (Org.). **Pragmática e Pragmáticas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
8. FREGE, G. Sobre o conceito e o objeto. In: ALCORADO, P. (Ed.). **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.
9. FILLMORE, C. J. Pragmatics and the description of discourse. In: COLE, P. **Radical pragmatics**. New York: Academic Press, p. 143-166, 1981.
10. GAZDAR, G. **Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form**. New York: Academic Press, 1979.
11. GRICE, H. P. **Logic and conversation**. Cambridge: Harvard University, 1967. (William James lectures)
12. IBANOS, A. M. T. Relevance, cognition, inference and deductive processes. In: COSTA, J.C.; RAUEN, F. J. (Org.). **Topics on relevance theory**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
13. IBANOS, A. M. T.; COSTA, J.C. Multiform inferences: the interface between formal inferences and natural language inferences. In: BUJA, E.; MADA, S. (Ed.). **Structure, use and meaning in intercultural settings**, v. 1. Brasov: Editura Universităä NII Transilvania, 2014, p. 87-96.
14. KORTA, K.; PERRY, J., Pragmatics. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The stanford encyclopedia of philosophy** (Winter 2015 Edition). Disponível em:
<https://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/pragmatics/>
 Acessado em: 29, Mai. 2017.
15. MORRIS, C. Foundations of the theory of signs. In: NEURATH, O; CARNAP, R.; MORRIS, C. (Ed.). **International encyclopaedia of unified science**, v. 1, n. 2. Chicago: University of Chicago Press, p. 77-136, 1938.
16. RECANATI, F. **Truth-conditional pragmatics**. New York: Oxford University Press, 2010.
17. RUSSELL, B. On denoting. In: RUSSELL, B. (Ed.). **Essays in analysis**. London: Allen and Unwin, p. 103-119, 1973.
18. SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: communication and cognition**. Cambridge: Blackwell, 1995.

19. STRAWSON, P. F. **Introduction to Logical Theory**. London: Methuen, 1952.
20. TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
21. WALL, R. E. **Introduction to mathematical linguistics**. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.
22. WALTON, D. **Dialog theory for critical argumentation**. Philadelphia: John Benjamins, 2007.

Recebido em: 06/06/2017

Aceito em: 20/07/2017